

Nos EUA, país conhecido pela cultura armada, essa taxa é de 6%. Submetidos a uma tamanha agressão, os policiais são tentados a se comportar de modo igualmente violento. O controle das armas de fogo é uma condição para que possamos ter, por fim, uma polícia cidadã e eficaz.

Os adolescentes e os jovens são os que mais se expõem aos riscos das armas de fogo. E isto não ocorre apenas com jovens em situação de risco social, moradores de favelas e de periferias pobres. Jovens de classe média também são seduzidos pela violência armada. Armas de fogo aparecem em escolas e festas jovens. Na cidade do Rio, em 1998, as armas de fogo sozinhas mataram mais adolescentes de 15 a 19 anos do que todas as outras causas de morte reunidas, incluindo doenças, trânsito e outras causas externas. Crianças de 10 a 14 anos passam a contar nessas estatísticas de modo crescente. A taxa de mortes por uma arma de fogo entre rapazes de 20 a 29 anos, no Rio, em 1998, foi de 201 por 100 mil, enquanto que para as moças da mesma idade foi de 9 por 100 mil. Ou seja, tivemos mais de 20 rapazes assassinados por arma de fogo para cada moça. Vai faltar homem nesta geração!

A arma de fogo aumenta, imediatamente, a gravidade do problema. A presença da arma agrava a violência do confronto. Paradoxalmente, a vítima armada corre mais riscos do que a que está desarmada. Pior, a lesão por arma de fogo tem grandes chances de ser fatal. Na cidade do Rio de Janeiro, em 1998, das vítimas de armas de fogo registradas pelo sistema de saúde, apenas 23% sobreviveram à primeira internação.

A maior parte das armas do crime é de fabricação nacional. Segundo os registros da polícia, 73% das armas apreendidas no Rio são brasileiras; e 78% delas são revólveres e pistolas, ou seja, armas que até aqui eram consideradas legais para a venda ao público em geral. As armas longas, na maior parte estrangeiras, não chegam a 20%. É falsa, portanto, a idéia de que as armas brasileiras são do bem, a serviço da defesa do cidadão, enquanto que as armas do mal seriam estrangeiras. Pouco sabemos sobre os caminhos que levam essas armas da fábrica às redes criminosas, mas uma coisa é certa: as armas começam legais e deslizam para a ilegalidade. Proibindo o comércio legal, fechamos, com certeza, uma importante fonte de fornecimento do comércio ilegal.

A proibição do comércio de armas deve ser radical. Leis sobre o comportamento individual são difíceis de pegar no Brasil e quase impossíveis de fiscalizar. Por isto, o controle sobre o porte de armas não é suficiente. A proibição do comércio é mais viável, pois depende de licença e de alvará, que são concessões do Estado. E as exceções devem ser evitadas, pois a cada brecha que se abre (por exemplo, para colecionadores), multiplicam-se as chances de desvios.

A proibição do comércio é importante, mas não basta. O número de armas em circulação é grande o bastante para alimentar o comércio clandestino por muito tempo. No impulso desta lei, é urgente que se faça do controle da posse e do uso de armas um tema central das políticas de segurança pública.

Manifesto 2000/ONU

1. Respeitar a vida
2. Rejeitar a violência
3. Ser generoso
4. Ouvir para compreender
5. Preservar o planeta
6. Redescobrir a solidariedade

Junte-se a nós:

REDE GANDHI: saúde e cultura de paz

www.conasems.org.br

www.unesco.org

www.palathena.org.br

www.vivario.org.br

www.soudapaz.org

Movimento Internacional de Desarmamento:

www.desarme.org

CONASEMS

Esplanada dos Ministérios, Ministério da Saúde,

Anexo, sala 130 B, CEP 70058-900-Brasília

conasems@saude.gov.br

tel.: (61) 315-2121 - 315-2828



Saúde, Cultura de Paz
e Não-Violência

Rede Gandhi



Desarmar
para viver

O Sistema Único de Saúde SUS é uma política pública de saúde universal e igualitária, vanguarda do Estado de bem-estar no país.

Apesar das restrições orçamentárias (R\$ 0,70/ pessoa / dia), o SUS avançou nestes 15 anos de trabalho: da vacinação e programa de saúde da família a tratamentos complexos como AIDS, transplantes e oncologia, contribuindo para nossas melhoras no IDH e nas metas do milênio da ONU.

Um novo desafio se coloca para o SUS: a epidemia da violência.

Taxa de homicídios (por 100 mil hab.) na população total e na população de 15 a 24 anos, por país¹, em 2000

População total		População de 15 a 24 anos	
País	Taxa	País	Taxa
Colômbia	68	Colômbia	116
El Salvador	37	Ilhas Virgens	66,7
Federação Russa	28,4	El Salvador	61
Brasil	27,1	Venezuela	57,1
Venezuela	26,2	Brasil	52,2

1 Entre os 180 países da ONU, estes apresentam as maiores taxas de homicídio.

Mortes por arma de fogo no total de óbitos do sexo masculino de 15 a 24 anos - % -

Local	%
Brasil	68
Distrito Federal	84,8
Rio Grande do Sul	86,4
Rio de Janeiro	88,6
Pernambuco	90,7

Fonte: IBGE/2002

Para superar a cultura da violência o CONASEMS defende a agenda positiva da cultura de paz.

Para isso estamos organizando a Rede Gandhi: saúde e cultura de paz, juntamente com secretarias municipais de saúde, a UNESCO, a Associação Palas Athena e outras instituições. Para isso estamos nos incorporando a Campanha mundial e nacional pelo desarmamento.

O que é o Estatuto do Desarmamento

Em 22 de dezembro de 2003, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 10.826/03, chamada Estatuto do Desarmamento. Ela atualiza nossa legislação sobre registro, porte e comércio de armas de fogo no Brasil. Veja os pontos mais importantes da Lei.

Porte de arma. Fica proibido, em todo território nacional, o porte de arma, com exceção de militares, policiais, guardas municipais das capitais e grandes cidades e seguranças e transportadores de valores (art.6).

Compra e registro para ter arma em casa. Por enquanto continua sendo possível, mas com maior rigor nos pré-requisitos: idoneidade, ocupação e residência certa, capacidade técnica e aptidão (art.4).

Referendo. Em outubro de 2005 um referendo decide se continuará sendo possível a venda de armas (art. 4) ou se será definitiva e completamente proibido esse comércio no país (art.35). É uma medida avançada e severa que já mostrou seus resultados positivos em países como Austrália, Inglaterra e Japão.

Idade mínima de 25 anos. Passa de 21 para 25 anos a idade mínima requerida para aquisição de armas (art.28).

Impressão "digital" das armas. É dada pelo raiamento do cano que marcará cada projétil de forma indelével e específica para cada arma (art.2, X).

Entrega voluntária e indenização. As armas registradas ou não poderão ser entregues e os proprietários serão indenizados. Essa anistia terá um prazo de 180 dias (art.31 e 32).

Legalização de armas. Quem tiver nota de compra ou outra prova de origem lícita poderá registrar sua arma num prazo de 180 dias (art.30).

O que fazer

1. Circular, entre trabalhadores e usuários do SUS, material sobre o impacto da violência na saúde, particularmente as agressões por arma de fogo.
2. Articular comitês da Rede Gandhi de saúde e cultura de paz nos municípios e unidades de saúde que incentivem a campanha de desarmamento em conjunto com outros setores e organizações.
3. Ajudar no momento que forem organizados os dois passos previstos na Lei: regularização e entrega voluntária de armas.
4. Realizar debates e propor moções pró-desarmamento nas câmaras municipais, e envia-las ao Presidente da República e ao Congresso Nacional.
5. Organizar campanhas de e-mails e abaixo-assinados a serem encaminhados ao Presidente da República e ao Congresso Nacional.
6. Articular, num trabalho intersetorial, a campanha do desarmamento com outras iniciativas que consolidem e divulguem os princípios da cultura de paz, conforme definidos pela ONU.
7. Apoiar e participar da realização de um grande encontro nacional intersetorial de cultura de paz em 2005, para alavancar a campanha do desarmamento, visando o referendo, e dando uma organicidade superior ao movimento pela cultura de paz no país.

Doze razões para proibir a venda de armas

por Rubem César Fernandes

Associação VIVARIO

A arma de fogo ameaça as pessoas mais próximas.

Na hora da compra, fala-se nos alvos externos, humanos (assaltantes) ou da natureza (a caça). Mas no dia a dia as tensões que mais nos esquentam a cabeça são aquelas que permeiam nosso círculo interno de relações. É aí que a presença da arma aumenta as chances do desatino. No Rio de Janeiro, das ocorrências com armas de fogo em que a polícia consegue identificar vítimas e agressores, cerca de 35% envolvem pessoas conhecidas - parentes, colegas, vizinhos. Dos casos de conflitos domésticos relatados à polícia do com feridos ou mortes, 62% resultam do uso da arma de fogo. No Estados Unidos, em 1995, 11% das vítimas de homicídio foram assassinadas por familiares e 34% por conhecidos. Apenas 15% foram vítimas de estranhos.

Uma arma ao alcance da mão transforma conflitos banais em tragédias irreversíveis. É a briga no bar, no trânsito, nas torcidas de futebol. Na cidade do Rio de Janeiro, em 1998, contando apenas os casos esclarecidos pela polícia, que formam pequena parcela do total de ocorrência, cerca de 540 pessoas foram feridas ou mortas por armas de fogo nestas circunstâncias.

É fácil produzir acidentes com armas de fogo. No Rio de Janeiro, em 1998, das pessoas feridas ou mortas por arma de fogo, cerca de 12% foram vítimas acidentais.

A arma de fogo é mais eficaz para agredir do que para defender. A vítima é quase sempre surpreendida pelo agressor e não tem tempo para reagir. Segundo o Ministério da Justiça, mais de 90% dos casos em que o cidadão tenta reagir com uma arma a um assalto resultam em tragédia para a vítima.

A arma de fogo não é a causa, mas é, sim, o principal instrumento da violência. No Rio de Janeiro, segundo dados da polícia e da saúde, cerca de 68% dos homicídios são causados por armas de fogo.

O uso da arma de fogo está fora de controle. O problema não está apenas na quantidade de armas de fogo em circulação, mas no uso abusivo que se faz delas. Os criminosos atiram demais, a polícia responde atirando demais e as pessoas, cheias de medo, querem se armar, tomadas pela ilusão de que, no perigo, serão elas a dar o primeiro tiro. Esta é uma dinâmica patológica que cresceu a partir dos anos oitenta, como uma epidemia social. A arma de fogo é o principal veículo transmissor desta epidemia, um instrumento que agrava, multiplica e simboliza a violência inerente aos conflitos cotidianos. Se aprendemos a combater a malária eliminando o mosquito transmissor, devemos igualmente compreender que o controle das armas de fogo é indispensável para a contenção da violência.

A polícia, instituição fundamental para o controle da violência, está no centro do tiroteio, tornando-se cativa da sua lógica. Atirar na polícia deixou de ser um tabu, banalizou-se. No Rio, em 1997, 50% dos ferimentos e mortes infligidos aos policiais foram produzidos por armas de fogo.